

Entrevista

Tema: “O processo de implantação de Filosofia para Crianças no município de Americana –SP”

Entrevistado: José Auri Cunha¹

Entrevistadora: Paula Ramos de Oliveira

1) O município de Americana-SP implantou a disciplina Filosofia na Educação Infantil e nas primeiras séries do Ensino Fundamental. Tendo sido o responsável pela assessoria neste processo, gostaria que comentasse sobre as origens desta implantação.

De fato, a Prefeitura de Americana implantou Filosofia na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental. O processo todo iniciou-se ainda no ano de 1996, com o oferecimento de cursos de formação inicial para todos os professores na metodologia conversacional da "comunidade de investigação", proposta pelo educador americano Matthew Lipman, difundida no Brasil, naquele momento, pelo Centro Brasileiro de Filosofia para Crianças, hoje inativo. Como sabemos, essa metodologia tem por objetivo desenvolver uma "educação para o pensar bem", fortalecendo habilidades cognitivas e investigativas por meio de conversações em torno de questões filosóficas apropriadas à faixa etária das crianças. O ponto de partida era, portanto, preparar os professores para incentivar essa cidadania do pensamento infantil, estimulando o pensamento autônomo ao invés de cerceá-lo. Os erros eventuais deveriam ser corrigidos pela própria discussão que ocorreria nos grupos, não sendo papel do professor fazer intervenções instrucionais, dizendo que tais pensamentos estariam corretos ou tais estariam incorretos. O professor deveria ser preparado para intervir mais no domínio "procedimental", fazendo perguntas, colocando desafios, contra-exemplos, confrontações entre diferentes pensamentos dos membros do grupo de discussão. Como se vê, trata-se de uma metodologia que muda o papel do professor na sala de aula, já desde a educação infantil, pois sabemos que é nesse momento da educação que as crianças começam a desenvolver autonomia cognitiva.

¹ Professor da Universidade de São Marcos-SP e professor do Ensino Médio (Escola Vera Cruz-SP). E-mail:

O processo de implantação começou, então, com esses cursos de formação de professores e com implantação gradual de experiências-piloto em várias salas de aula. Várias professoras logo obtiveram bons resultados na integração e motivação de seus alunos, e solicitaram aprofundamento da formação, pois encontravam desafios. Outras professoras não se deram bem com a proposta de trabalho. Cabia, então, analisar os fatores determinantes dessa divergência de resultados. Foi a partir desse trabalho de análise que surgiu uma segunda etapa do processo de implantação, já no ano de 2001, e durante o ano de 2002. Nessa segunda etapa, a Filosofia foi se tornando "eixo curricular", ou seja, uma das quatro linhas mestras do currículo escolar adotado. A consequência foi sua associação com projetos interdisciplinares, e com outras matérias do currículo. A ênfase também mudou: ao invés de ser centrada nas habilidades do pensamento, ampliaram-se os objetivos do ensino de filosofia, e ela foi chamada de "educação para a reflexão", em lugar de "educação para o pensar", pois adotava temas-eixo para a reflexão. Já no ano de 2006, ela passou a se chamar de "educação para o filosofar", incorporando temáticas filosóficas, já possuidoras de traços de preparação para uma futura iniciação filosófica, o que progressivamente iria acontecendo nas séries do Ensino Fundamental.

2) Poderia explicitar um pouco mais esta segunda etapa da filosofia como um "eixo curricular"?

Aconteceu o seguinte. O diagnóstico acerca do bom trabalho de várias e da perda de motivação de algumas professoras apontou para a necessidade de atender a uma intenção de discutir valores, base da percepção da identidade pessoal e do pertencimento social das crianças. As professoras que haviam aderido ao trabalho, haviam desenvolvido estratégias para a discussão de valores, a partir da metodologia da "comunidade de investigação". As outras professoras não haviam sentido autonomia ou apoio didático para se afastar dos modelos recebidos durante a formação inicial. O modelo era aquele proposto por Lipman: a partir de narrativas "semi-literárias", por ele mesmo criadas como pretexto para discussão de determinadas questões filosóficas, procedia-se a um levantamento de perguntas das crianças suscitadas pela escuta ou leitura da narrativa, sendo tais perguntas agrupadas em temas para a discussão. Essas discussões eram orientadas conceitualmente por um Manual do Professor. Ocorria que

não havia uma sequência de aprofundamento, nem um fechamento dessas discussões, com a conseqüente formação de algum conceito em nível crescente de aprofundamento. As questões eram retomadas e re-discutidas ao sabor dos episódios narrados, sem a garantia de uma direção intencionada pelo professor. Daí as professoras costumavam induzir as questões que planejavam discutir, aquelas que estavam seguras para coordenar a discussão. E além disso, elas terminavam dando um fechamento do tipo "lição do dia". Mas não ficavam satisfeitas em transgredir a metodologia, sem poder também dar sua aula tradicional com começo, meio e fim, sequência de aprofundamento, conclusão e exercícios. A ambigüidade gerou problemas na sala de aula e as crianças perderam muito do entusiasmo original. Poucas delas participavam e problemas de indisciplina foram surgindo. Isto nas classes em que a proposta não estava funcionando bem. A questão era como solucionar o problema da implantação de filosofia, no quadro curricular que as professoras consensualmente consideravam mais ajustado à realidade delas e das crianças.

Resolveu-se criar em conjunto, – professoras, coordenadoras e formadores de filosofia, sob minha orientação pedagógica, – um 'referencial curricular de filosofia na educação infantil'. Adotou-se a idéia de sequência de aprofundamento de acordo com o amadurecimento da faixa etária das crianças, e além disso, incentivou-se as professoras a apresentarem sugestões de outros recursos didáticos de apoio para ambientar e desencadear as discussões, que planejassem a partir do referencial curricular. A estratégia foi conquistar e impulsionar o entusiasmo criativo das professoras, para participarem com razoável autonomia da elaboração do referencial curricular de filosofia. Várias reuniões de trabalho foram feitas com representantes de professoras de todos os níveis de ensino da educação infantil, desde as que trabalhavam com crianças de 3 anos, até aquelas que tinham crianças de 4, 5 e 6 anos. Buscando a caracterização psicopedagógica de cada faixa etária, concluiu-se o seguinte: primeiramente, as crianças percebiam coisas agradáveis ou desagradáveis do seu meio social próximo; depois, começavam a perceber amigos, pessoas boas, à sua volta; também percebiam dificuldades que as afetavam, sejam nascidas na hostilidade do meio social próximo, sejam na hostilidade de outras pessoas, as quais não podiam considerar como 'amigas'; finalmente, começavam a perceberem-se no meio das outras crianças, descobrindo diferenças, lidando com preconceitos, tendo que aprender a respeitar direitos e deveres.

Essa foi a chave para a proposta dos temas-eixo do 'referencial curricular da educação infantil' da rede de educação infantil da Prefeitura de Americana.

O primeiro tema-eixo foi chamado de "pulsão do gostar", a ser adotado com ênfase para crianças 3 anos de idade. O gostar envolveria a vivência e a consciência das percepções sensoriais e afetivas. Seria como que situar "a criança no mundo dos objetos", onde ela iria fruir o que fosse gostoso para ela. Daí ela poderia discernir critérios sobre o que é "ser gostoso" do ponto de vista de cada uma delas. Esse tema-eixo comportaria toda uma gama de conceitos abertos à criatividade das professoras, que poderiam lançar mão dos mais variados recursos didáticos de apoio ao seu dispor. Verificou-se que as professoras gostavam de trabalhar com imagens, recortes de revistas, com músicas, com filmes, com histórias infantis, com casos trazidos pelas crianças. Foi aí que se percebeu que a narrativa proposta pela novela do modelo Lipman era limitadora da ação das professoras. As professoras deveriam ser formadas com ênfase metodológica em um tema-eixo e em uma narrativa-eixo, mas esta apenas serviria de parâmetro para a sua livre criatividade, ao sabor da sua sensibilidade junto com suas crianças. O segundo tema-eixo foi chamado de "pulsão da amizade ou pulsão ética", proposto para crianças de 4 anos. A idéia era que as crianças sabendo do que gostavam, logo buscariam saber quem seria capaz de lhes proporcionar coisas boas, apenas por gostar delas. Tais pessoas eram chamadas de 'amigos': aquelas que nos dão coisas boas simplesmente porque gostam de nós. A percepção da amizade foi considerada a base do respeito ético aos outros. Também foi liberada a criatividade das professoras para sugerir recursos e explorar o tema-eixo, no sentido de atender às necessidades de dar sentido às diversas situações vividas pelo seu grupo de crianças.

O terceiro tema-eixo foi chamado de "pulsão da coragem ou pulsão libertária". Queria-se discutir com crianças de 5 anos sobre o que lhes faria mal e sobre as causas disso que lhes fariam algum mal, do que lhes causaria alguma dor ou desconforto. O desejo de conhecer as causas do mal seria concomitante com a luta para elas se libertarem dessas causas 'malévolas'. A descoberta da existência do mal e da maldade deveria ser acompanhada, portanto, da coragem para lutar contra estes e libertar-se. Finalmente, com as crianças de 6 anos, foi proposto como tema-eixo a "pulsão da tolerância das diferenças ou pulsão democrática". A idéia era que as crianças começariam a perceber cada vez mais umas às outras, e com isso iriam percebendo suas

diferenças. Deveriam, portanto, aprender a tolerar democraticamente essas diferenças, não pré-julgá-las, não ter preconceitos contra elas, fossem elas de gênero, étnicas, sociais, religiosas. Deveriam aprender que todos têm o direito de ter direitos iguais em dignidade. Deveriam vivenciar intimamente que ninguém é melhor que ninguém e ser diferente é um direito democrático.

Com a liberdade de iniciativa para as professoras desenvolverem recursos, pôde-se fazer um acompanhamento delas em conjunto para socializar, refinar e ajustar as descobertas e experiências bem sucedidas. Esta segunda etapa conseguiu recuperar o entusiasmo de um bom contingente de professoras. Foi quando começaram a surgir os projetos interdisciplinares, onde a filosofia participava como uma área de conhecimento, e não apenas como uma discussão sem eixo, sem fim e sem conclusão. Esta segunda etapa foi desenvolvida basicamente durante o ano de 2002, quando o 'referencial curricular da educação infantil' da Prefeitura de Americana foi elaborado e aprovado pela Secretaria de Educação. Para isto contou-se não somente com a liderança e compromisso da supervisora pedagógica, a professora Ernestina Zanqueta, – a mentora do projeto –, e da diretora pedagógica, professora Helly Pirró Fenley, mas também com o apoio político institucional do secretário de educação, o professor Herb Carlini, que acreditou nos benefícios educacionais da implantação do ensino de filosofia desde a educação infantil, desafiando o pensamento conservador comum, de que filosofia é coisa somente para adultos.

Com o incentivo aos projetos interdisciplinares, começou a surgir a idéia de eixos curriculares, os quais deveriam estar presentes em todos os projetos. Elegeram-se quatro eixos. Se bem me lembro foram: educação corporal, matemática e ciência-ação, comunicação e expressão e “educação para a reflexão” – nome encontrado para a nova versão da filosofia no referencial curricular da educação infantil.

3) Gostaria de saber o(s) material(is) que utilizaram e se selecionaram conteúdos por série nesta implantação.

A implantação de filosofia na Prefeitura de Americana começou mesmo a assumir uma cara própria, tornando-se razoavelmente independente da proposta original

do modelo Lipman de Filosofia para Crianças, a partir do 'referencial curricular de filosofia na educação infantil'. A partir de 2003 e 2004 começou-se a pensar em como criar algo similar no ensino fundamental, onde as resistências à implantação de filosofia eram maiores. Mas o Secretário de Educação Herb Carlini pôs como meta de sua gestão completar a implantação de filosofia nas escolas de educação integral da Prefeitura de Americana. Vale ressaltar que a cidade de Americana possui uma rede de CIEP's – centros integrados de educação – onde as crianças permanecem o dia inteiro, recebendo alimentação, acompanhamento e educação integral. Isso dá um diferencial institucional. O ensino fundamental recebeu uma adequação à Nova LDB, e passou a ser organizado por 'ano-ciclo', em lugar de 'série'. Então, seria necessária uma nova proposta curricular por ciclo, dentro do qual fossem diferenciados os três anos de cada ciclo. Julgou-se necessário integrar a educação infantil ao ensino fundamental, sobretudo os ciclos 1 e 2, os que ficaram afetos à rede municipal de ensino (o terceiro ciclo ficou com a rede estadual de ensino). A integração curricular da educação infantil ao ensino fundamental foi feita mediante a elaboração de uma 'matriz curricular mínima da educação básica – infantil e fundamental ciclos 1 e 2'.

Esta matriz curricular foi feita no que se considerou ser a terceira etapa da implantação de filosofia nas escolas da Prefeitura de Americana. A experiência exigia alterações no 'referencial curricular da filosofia na educação infantil', sobretudo no que dizia respeito à discriminação de tema-eixo por ano de idade. Assim, a matriz curricular agrupou os quatro temas-eixos da educação infantil para as crianças do ciclo de 3 a 6 anos, dando mais liberdade às professoras de escolherem em qualquer momento a discussão adequada, dentre qualquer uma das quatro pulsões listadas – pulsões do gostar, da amizade, da coragem, da tolerância às diferenças. Também agruparam-se os diversos eixos de habilidades (meta)cognitivas e atitudinais para todo o ciclo da educação infantil, do mesmo modo que viria a ser feito nos demais ciclos do ensino fundamental. A matriz curricular de filosofia, ainda na sua forma original, acha-se publicada no meu livro "Filosofia para a Criança: Orientação pedagógica para a educação infantil e ensino fundamental" (Campinas, Editora Alínea, 2008, capítulo 11). Neste momento, a área de filosofia já passou a receber o nome de "educação para o filosofar", uma vez que incorporava os temas-eixo da educação infantil, e acrescentava diversas temáticas relacionadas ao currículo geral do ensino fundamental, numa sequência que apontava para uma iniciação filosófica. Assim, no primeiro ciclo, a

temática geral foi "a consciência de si" – comportando "o eu no mundo" – no ciclo 1 ano 1; "o eu e o outro" – no ciclo 1 ano 2; e "o eu moral" – no ciclo 1, ano 3. Para o segundo ciclo, a temática geral foi "interações entre natureza e sociedade" – comportando "compreendendo os ciclos e as leis do mundo" – no ciclo 2, ano 1; "compreendendo as transformações do meio ambiente e a ação humana" – no ciclo 2, ano 2; e, "compreendendo as formas de ordem e de dominação da natureza pelo homem" – no ciclo 2, ano 3.

Em termos de materiais didáticos, adotou-se que no primeiro ciclo, a ação pedagógica seria nucleada em "vivências" e "experiências" das crianças com situações concretas, fornecedoras de sensações, sentimentos, pensamentos. No segundo ciclo, a ação pedagógica seria auxiliada pela referência a narrativas míticas e lendas, de diversas origens – grega, judaico-cristã, indígena, afro-brasileira, popular –, todas elas tendo por referência o mundo, as leis reguladoras da sua harmonia e o homem agindo sobre ele.

Também adotou-se a idéia de associar o ensino de filosofia com o currículo da área de história e de estudos sociais. Essas áreas deveriam planejar atividades em conjunto, de modo a que uma fornecesse temas para aprofundamento na outra. Assim, a filosofia seria ensinada de modo prevalentemente interdisciplinar. Essa foi uma maneira de contornar a dificuldade institucional de contratação de professores especializados para a área de filosofia, sendo que os professores de história ou de estudos sociais já eram contratados como especialistas em suas áreas de ensino. Ficou evidente uma nova dificuldade institucional: vários professores de história ou de estudos sociais declararam-se "incompetentes" para entrar na especialidade da filosofia, devido ao entendimento de que cada especialidade deve possuir seus próprios especialistas, e ninguém deve invadir território dos outros. Por isso, alguns entraves na implantação de filosofia no ensino fundamental não puderam ser convenientemente contornados. Com a mudança de gestão municipal, novos gestores tomaram posse, novas orientações políticas foram dadas, e eu não fui mais convidado a acompanhar o processo de implantação do ensino de filosofia, nem me foram dadas notícias sobre o andamento da implantação da filosofia no ensino fundamental. Sei, porém, que a filosofia na educação infantil aparentemente ficou consolidada como uma conquista reconhecida e defendida pelas professoras. Não posso, porém, afirmar sobre o quanto a matriz curricular foi afetada pelas novas orientações políticas na Prefeitura de Americana, desde o ano de

2008. Sei, contudo, que de 1996 a 2008 houve um progressivo amadurecimento de uma proposta de implantação de filosofia numa rede de ensino municipal, da monta e da qualidade institucional que é reconhecidamente a da Prefeitura da cidade de Americana/SP. Quero crer que a semente lançada lá, por iniciativa da professora Ernestina Zanqueta, com o apoio político do então secretário Herb Carlini, continue dando frutos, e aperfeiçoando-se com novas contribuições, experiências e orientações. E certamente, como é o normal nas democracias, com outros assessores pedagógicos e outros gestores. Para mim, a notícia triste seria saber que tudo parou por razões extra-pedagógicas.